

Credenciamento na Lei Federal n.º 14.133/2021: fase interna, editais e execução

Leonardo Vieira



2026

CREDENCIAMENTO NA LEI FEDERAL N. 14.133/21

Fase interna, editais e execução



Leonardo Vieira

- Consultor da Gepam
- Advogado
- Especialista em Gestão Pública com Ênfase em licitações e contratos; Especialista em Direito Administrativo e Constitucional; e Especialista em Direito Eleitoral.
- Foco no terceiro setor, tributos, direito municipal, licitações, concessões, bens públicos, gestão pública e contratos administrativos.





01. Constituição Federal de 1988

Art. 37 – inciso XXI da CF/88

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

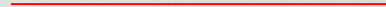
[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

- Igualdade de condições a todos os concorrentes;
- Mantidas as condições efetivas da proposta;
- Permitidas somente as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



02. Dever de licitar



Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

- I** - alienação e concessão de direito real de uso de bens;
- II** - compra, inclusive por encomenda;
- III** - locação;
- IV** - concessão e permissão de uso de bens públicos;
- V** - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
- VI** - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- VII** - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.



03. A Lei Federal nº 14.133/2021

Lei Federal nº 14.133/2021

- Posições do TCU
- Lei da Covid [13.979]
- Lei das Estatais
- RDC
- Lei 10.520/2002

- Fortificação técnica dos atores da licitação;
- Reflexão obrigatória das necessidades;
- Uso da tecnologia.



Breves conceitos



- Modalidades;
- Dispensas x inexigibilidades;
 - ETP, TR e Edital;
 - Pesquisa de preços;
- estruturação do edital: item, lote e grupo;



04. Instrumentos auxiliares



OS INSTRUMENTOS AUXILIARES NÃO SÃO MODALIDADES!

- Não possuem rito específico na Lei, apenas alguns critérios [SRP];
- Regulamento trará detalhes [cuidado!]

Art. 28. [...]

§ 1º Além das modalidades referidas no caput deste artigo, a **Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares** previstos no [art. 78 desta Lei](#).

Art. 78. [...]

§ 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o caput deste artigo **obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.**

Art. 78. [...]

§ 2º O julgamento que decorrer dos procedimentos auxiliares das licitações previstos nos incisos II e III do caput deste artigo seguirá o mesmo procedimento das licitações.

Lei 14.133/21

- CRC
- REGISTRO DE PREÇOS
- CREDENCIAMENTO
- PMI
- PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Lei 8.666/93

- CRC
- REGISTRO DE PREÇOS
- PRÉ QUALIFICAÇÃO

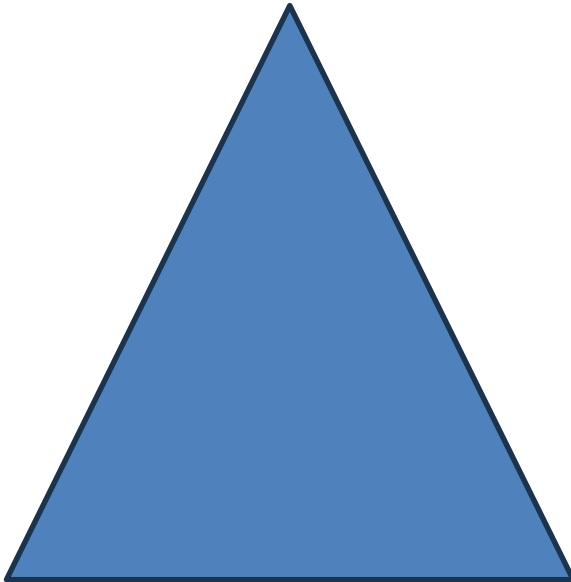


CREDENCIAMENTO

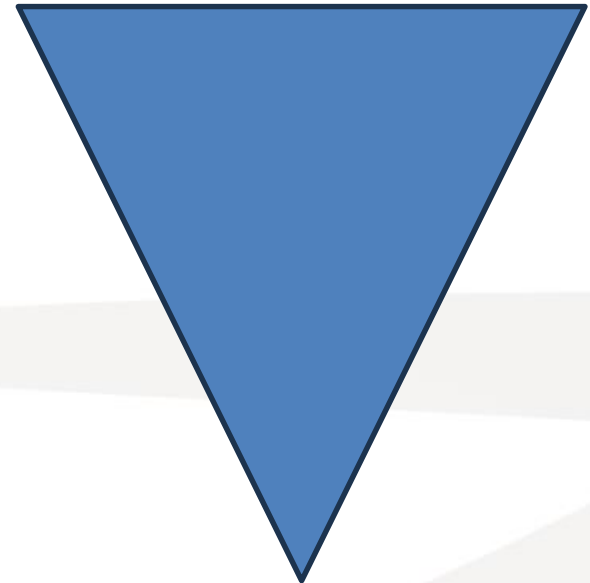


TEORIA DO FUNIL

Licitação tradicional



Credenciamento



CREDENCIAMENTO

Histórico

- ❑ Jurisprudência do TCU

- ❑ Doutrina

“Nasceu para solucionar situações específicas e interpretado como hipótese de inexigibilidade”

TC 022.605/2020-7

19. É importante destacar que a ausência de competição não decorre de uma inviabilidade propriamente dita, visto que há pluralidade de fornecedores, mas, sim, de ser mais vantajoso para a Administração e de atender melhor às suas necessidades ter à sua disposição a maior rede possível de fornecedores simultâneos. **Em outras palavras, existe a possibilidade de licitar, porém não há interesse da Administração em restringir o número de contratados.**

20. O credenciamento é, então, hipótese de inexigibilidade de licitação (Acórdãos 141/2013-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues; 1.150/2013-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz; 352/2016-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler; e 1.545/2017-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz)

CREDENCIAMENTO

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - objetos que **devam ou possam** ser contratados por meio de credenciamento;

Credenciamento é inexigibilidade atualmente?

CREDENCIAMENTO

- Ato unilateral;
- O contrato administrativo é uma ocorrência futura [bilateral];
- A inexigibilidade no formato da contratação;
- Reforço da pesquisa de preços;

CREDENCIAMENTO

Art. 79

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

- I** - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- II** - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- III** - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.
- IV** - comércio eletrônico: caso em que a Administração visa a contratar bens e serviços comuns padronizados ofertados no Sistema de Compras Expressas (Sicx).

CREDENCIAMENTO

Art. 79, § 1º

§ 1º Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

CREDENCIAMENTO

Art. 79 [...]
Parágrafo § 1º

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

CREDENCIAMENTO

Art. 79 [...]
Parágrafo § 1º

VII - na hipótese do inciso IV do *caput* deste artigo, regulamento do Poder Executivo federal disporá sobre:

- a) as condições de admissão e de permanência dos fornecedores, observado o disposto no art. 87 desta Lei;
- b) as regras para inclusão de bens e serviços e para formação e alteração dos preços;
- c) os prazos e os métodos para entrega e recebimento dos bens e serviços;

CREDENCIAMENTO

Art. 79 [...]
Parágrafo § 1º

- d) as regras de instrução processual e de uso da plataforma;
- e) as condições de pagamento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do recebimento do bem ou serviço;
- f) as sanções aplicáveis ao responsável por infrações, observado o disposto nos arts. 155 a 163 desta Lei.

§ 2º O Sicx poderá ser disponibilizado para os órgãos e entidades de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei, para empresas públicas, para sociedades de economia mista e suas subsidiárias e para entidades privadas sem fins lucrativos.

Pode ser presencial?



05. Paralelo e não excludente

CREDENCIAMENTO

Art. 79

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

- Serviços funerários;
- Laboratórios;
- Oficineiros;

CREDENCIAMENTO

Art. 79, §1º, II e III

- quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;
- o edital deverá prever as condições padronizadas de contratação e deverá definir o valor da contratação;



06. A critério de terceiros

CREDENCIAMENTO

Art. 79

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

- Óticas;
- Exames;
- Vale alimentação;

CREDENCIAMENTO

Art. 79, §1º, III

- o edital deverá prever as condições padronizadas de contratação e deverá definir o valor da contratação;



07. Mercados fluídos

CREDENCIAMENTO

Art. 79

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

- Passagens aéreas;
- Postos combustível;
- Contrata+;

CREDENCIAMENTO

Art. 79, §1º, IV

- a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;



Contrata+ Brasil

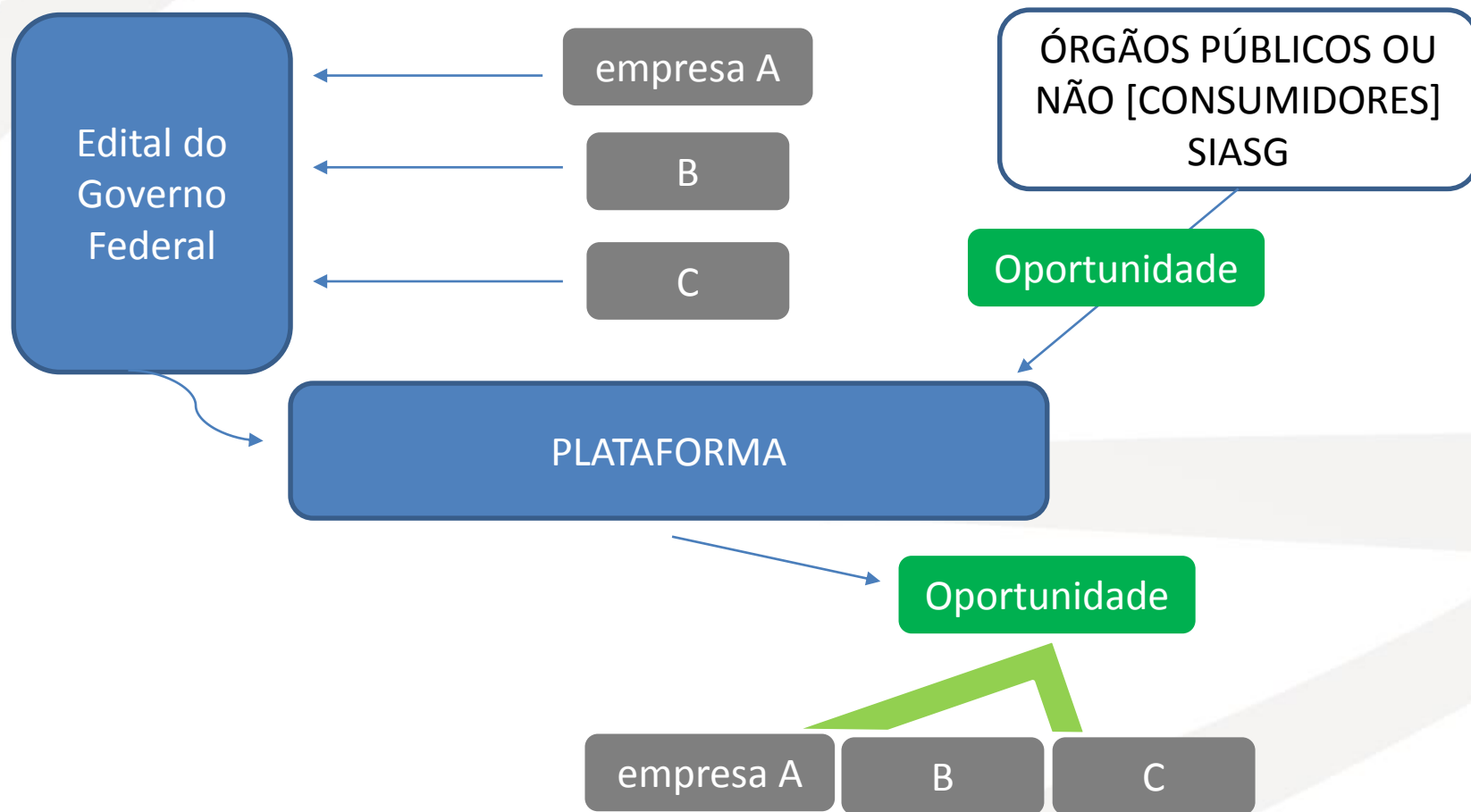


LINHA DO TEMPO DA CONTRATA+ BRASIL

- Go-MEI da prefeitura de Recife;
- Dia 11/02 é lançado o Contrata + Brasil;
- Concentrando pequenas compras em MEIs [edital fixou]
- valor de até R\$ 12.545.11 [edital fixou]

INTEGRAÇÃO

- SICAF;
- CASTSER [CATMAT CATSER DO GOVERNO FEDERAL];



ATENÇÃO:

- MARKETPLACE DO ESTADO DE SP ESTÁ
EM ANDAMENTO





08. SICX

CREDENCIAMENTO

Art. 79

IV - comércio eletrônico: caso em que a Administração visa a contratar bens e serviços comuns padronizados ofertados no Sistema de Compras Expressas (Sicx).

SICX E OUTROS

CREDENCIAMENTO

Art. 79, §1º, VII e §2º

- Será regulamentado pelo governo federal;
- Empresas públicas e entidades sem fins lucrativos poderão utilizar;



Leiloeiros



CREDENCIAMENTO

Art. 31 ...

§ 1º Se optar pela realização de leilão **por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas**, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.



09. A importância da fase interna

- ETP;
- Análise do atendimento das políticas públicas
- Distribuição das demandas;
- Requisitos mínimos.





10. Regulamentos

MODELO REGULAMENTO – CREDENCIAMENTO

- Rito do processo de credenciamento;
- Cabimento;
- Requisitos do Edital;
- Critérios de julgamento;
- *Regulamento genérico!*

Art. 2º. O credenciamento será precedido de abertura de processo administrativo, em que a entidade ou o órgão público municipal, devidamente autuado, numerado e rubricado, observando o seguinte:

I – requisição com a descrição da necessidade da contratação, com a indicação do objeto, das condições de execução, de pagamento e de recebimento;

II – definição do valor a ser pago pela contratação, acompanhada de pesquisa de mercado, baseada, de forma combinada ou não, em contratações similares pela Administração Pública, utilização de dados de pesquisa publicada em tabelas de referência, sítios eletrônicos ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso, pesquisa direta com no mínimo 3 [três] fornecedores ou pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas;

III – informação da disponibilidade orçamentária, capaz de suportar a execução da futura contratação;

IV – autorização da autoridade superior;

V – minuta do edital de chamamento de interessados e seus anexos;

VI – parecer jurídico exarado pela assessoria jurídica do órgão ou entidade, compreendendo a análise da minuta do edital e seus anexos;

VI – comprovação da publicação do edital e seus anexos no sítio eletrônico do órgão ou da entidade;

V – ata ou documento de análise dos documentos dos interessados no credenciamento;

VI – termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

VII – outros comprovantes de publicações; e

VIII – demais documentos.



Art. 2º.

§1º. O processo de credenciamento e das contratações, envolvendo o SICX, a Plataforma Contrata + Brasil e outras, do Governo Federal, poderão seguir fluxo próprio, previsto nos regulamentos pertinentes e seguindo as regras das plataformas.

§2º. O processo em sua fase interna, deverá justificar as vantagens em se credenciar em detrimento de outras soluções.

Art. 3º. O edital de chamamento de interessados conterá o preâmbulo, no número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada, bem como as seguintes previsões:

- I** – objeto, em descrição sucinta e clara;
- II** – condições do credenciamento;
- III** – documentação necessária para o credenciamento;
- IV** – da forma de análise dos documentos para a habilitação e da divulgação do resultado;
- V** – prazo recursal;
- VI** – preço, condições de pagamento e hipótese de reajuste e realinhamento;
- VII** – condições de execução ou do fornecimento, conforme o caso;
- VIII** – obrigações das partes;
- IX** – sanções administrativas;
- X** – motivos de descredenciamento;
- XI** – outras indicações específicas ou peculiares do credenciamento.

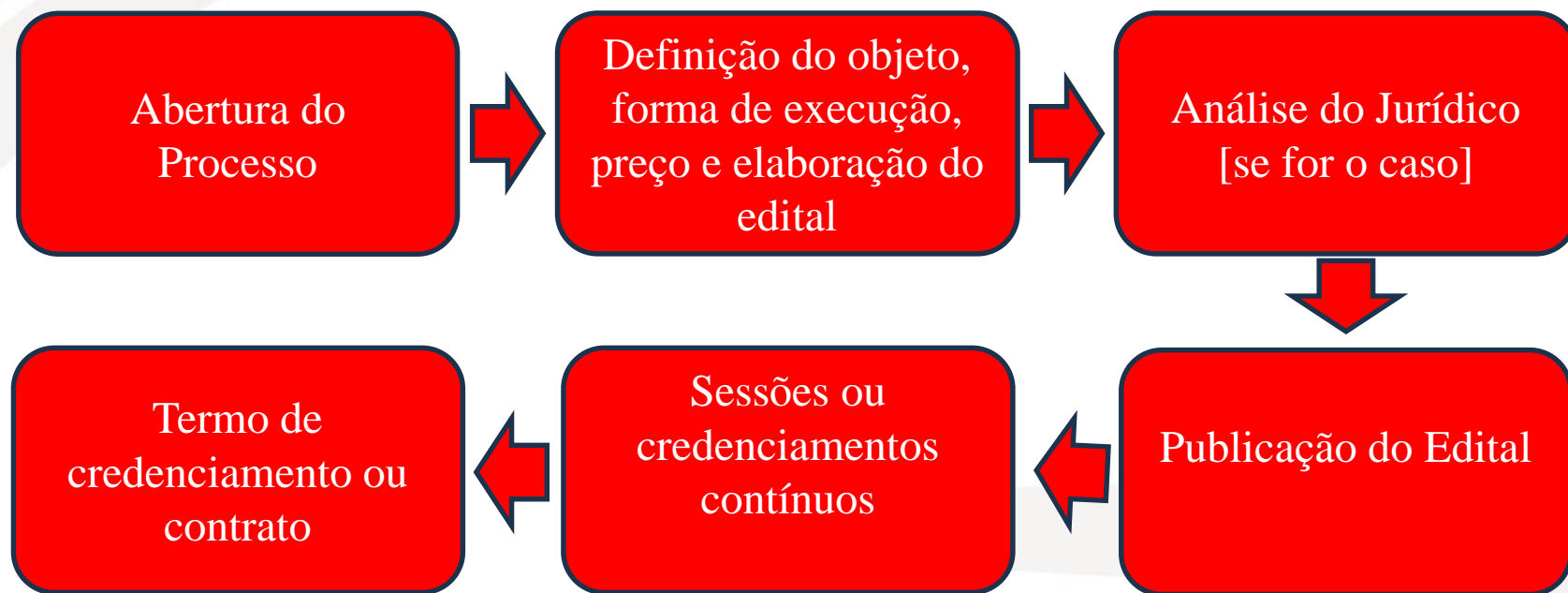
Art. 3º.

Parágrafo único. O edital poderá adotar diversos critérios para distribuição das demandas, em especial: sorteio, ordem cronológica e pontuação técnica expressa.

Art. 4º. O edital de chamamento de interessados será divulgado e mantido no sítio eletrônico do órgão ou da entidade interessada, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.



11. O processamento do credenciamento





12. Aspectos favoráveis, contrários e práticos

- Vários prestadores para o mesmo objeto, continuidade;
 - Atendimento de grandes demandas de modo ágil;
 - Potencialização de políticas públicas;
 - Mais fornecedores se relacionando com a Administração;
 - Opções aos usuários.
-
- Pesquisa de preços deve estar bem estruturada;
 - Tribunais podem contestar a opção quando couber licitação;
 - Em alguns casos organizar as distribuições das demandas pode ser complexo ou impossível;
 - Burla à licitação;
 - Soma no câmputo de gastos com pessoal;



13. Posições dos tribunais

TCESP

TC-021288.989.22-1 e TC-021473.989.22-6

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. CHAMAMENTO PÚBLICO. CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO. VEDAÇÃO DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVA. ESCOLHA DO CONTRATADO A CARGO DO BENEFICIÁRIO DIRETO DA PRESTAÇÃO. POSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES.

[...]

Caracterizado aludido cenário, identifica-se possibilidade do uso do credenciamento, sabidamente admitido por doutrina e jurisprudência e hoje assim expressamente definido na Lei nº 14.133/2021: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados (art. 6º, XLIII).

TC-020747.989.17-6; TC-000112.989.18-1; TC-011054.989.18-1; TC-015742.989.19-7; TC-021170.989.19-8 e TC-023786.989.20-2

“EMENTA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. REGULAR. TERMO DE CREDENCIAMENTO. CHAMAMENTO PÚBLICO. CLÍNICA ESPECIALIZADA EM LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS. TERMOS DE PRORROGAÇÃO. EXECUÇÃO CONTRATUAL. IRREGULAR. TERMO DE ENCERRAMENTO. CONHECIMENTO.

1. No credenciamento, a inexigibilidade de licitação decorre da ausência de disputa, convindo à Administração credenciar o maior número possível de interessados.

2. O **cadastro para credenciamento deve estar permanentemente aberto a futuros interessados, ainda que seja possível estabelecer limites temporais para as contratações.** Dessa forma, não se mostra necessária a exigência de apresentação dos documentos de habilitação, em sua forma física, pelo vencedor do certame, tendo em vista que aqueles anexados junto a plataforma do Pregão Eletrônico adotada pelo Município, já são suficientes para fins de demonstração de que o licitante atende aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório. Da mesma forma, a proposta atualizada poderá ser encaminhada via sistema, em campo destinado à convocação de documentos, sem necessidade de seu envio físico.”

TC-023331.989.24-4

[...]

Em relação ao encerramento do período para credenciamento na sessão pública de abertura dos envelopes que estava designada para a data de 18/11/2024, o que até mesmo motivou a decisão de sustação cautelar, a própria Administração aquiesceu com a impugnação e admitiu o vício.

É que esse termo final ao período para credenciamento se revela incompatível com o art. 79, parágrafo único, I, da Lei 14.133/2021, cujo dispositivo estabelece que o edital de chamamento deve estar à disposição do público “de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados”.

Deverá a Administração, pois, corrigir o ato convocatório para amoldá-lo ao que dispõe o art. 79, parágrafo único, I, da Lei 14.133/2021.

TC 008472.989.24-3 - Credenciamento / Vale Alimentação e Refeição / Rede Credenciada

[...]

Por força do inciso I, parágrafo único do art. 79 da NLLC, o período do credenciamento deverá manter-se permanentemente aberto, apto a receber qualquer interessado que apresente a documentação, enquanto a Administração possuir interesse na contratação, sendo vedada a contratação de empresa única ou a recusa no credenciamento de novas empresas que atendam os critérios do edital no período da execução do objeto

TCU

Acórdão 2192/2025 Plenário (Representação, Relator Ministro Antonio Anastasia) Licitação. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Cadastramento. Inscrição. Prazo. Edital. **A expressão “cadastramento permanente de novos interessados”, contida no art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei 14.133/2021, não impõe que o credenciamento permaneça indefinidamente aberto a novas inscrições, mas sim que, durante o prazo de inscrição fixado no edital de chamamento, não haja barreiras ao acesso de interessados (art. 5º, caput, do Decreto 11.878/2024).**

TCU

Acórdão 2192/2025 Plenário (Representação, Relator Ministro Antonio Anastasia) Licitação. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Contratado. Critério de seleção. Pontuação. Princípio da isonomia. Perícia. **Em contratações de serviço de perícia decorrentes de credenciamento, não viola o princípio da isonomia a restrição do número de credenciados por meio de critérios objetivos de pontuação** que valorizam a experiência e a qualificação. Trata-se de mecanismo legítimo para selecionar os profissionais mais capacitados, convergindo para a busca da eficiência e para a efetiva proteção do interesse público.

TCU

Acórdão 2192/2025 Plenário (Representação, Relator Ministro Antonio Anastasia) Licitação. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Perícia. Receita Federal do Brasil. Ato normativo. O credenciamento de peritos realizado pela Receita Federal, regido por norma interna do órgão, deve guardar compatibilidade com as disposições da Lei 14.133/2021, ainda que o serviço de perícia seja custeado diretamente por agentes privados (importadores e exportadores). **O fato de o ônus financeiro ser transferido ao particular interessado na liberação da mercadoria não descaracteriza a natureza pública da contratação ou afasta a incidência dos princípios e das regras que vinculam a Administração.**

ASPECTOS PRÁCTICOS

ETP - Preciso fazer ETP para realizar credenciamento?

OBJETO:		
Dispositivo	Pertinência	Como proceder
I - descrição da necessidade		
III - requisitos da contratação;		
V - levantamento de mercado		

O EDITAL DE CREDENCIAMENTO E SEUS PONTOS CRUCIAIS

Indicar fundamentação?

Critérios de distribuição?

Estimativas totais?

Pesquisa de preços?

Gera contrato?

Quais são os critérios de distribuição das demandas?



EDITAIS REAIS



RONDÔNIA
★
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI
Gerência de Agroindústria - SEAGRI-GEAGROIN

EDITAL Nº 2/2026/SEAGRI-GEAGROIN

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 67
Disponibilização: 08/04/2026
Publicação: 08/04/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EXPOSITORES NO PAVILHÃO DA AGRICULTURA DURANTE A 13ª RONDÔNIA RURAL SHOW INTERNACIONAL

8. DO PÚBLICO ALVO E OPORTUNIDADES

8.1. O público alvo são os produtores rurais do Estado de Rondônia, preferencialmente agricultores familiares que realizem o processamento de sua matéria prima através de uma Unidade Familiar de Produção Agroindustrial (Agroindústria), regulares perante legislação do respectivo segmento, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital.

8.2. Para ser credenciado como expositor e vendedor no **Pavilhão da Agricultura** o candidato interessado deverá possuir, **cumulativamente**, os seguintes requisitos à **data da inscrição**:

- I - Ser **Produtor Rural** enquadrado como **Agricultor Familiar** e exercer regularmente como **Pessoa Física** a sua atividade de forma legal no segmento (Alvarás/Licenças/Certificações);
- II - Ter 18 anos ou mais; e
- III - Residir no estado de Rondônia.

8.3. Estão vedadas as inscrições dos que não se encaixarem nos requisitos do item 7.2.

9. DA ESTRUTURAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DOS QUIOSQUES

9.1. A SEAGRI oferecerá os quiosques sem custos, conforme termos estabelecidos no presente Edital. Serão selecionados **35 expositores + Cadastro Reserva (CR)** para ocupar os quiosques, distribuídos conforme Projeto Arquitetônico estabelecido ID. (68831204). Os quiosques disponíveis para os produtores foram definidos conforme descrito a seguir:

SEGMENTO	QUANTIDADE
Quiosque Padrão	17
Quiosque Café	6
Quiosque Mel	3
Quiosque Cacau	4
Quiosque Leite	5
TOTAL	35

9.2. Os Quiosques Temáticos (Café/Mel/Cacau/Leite) abrangem os segmentos de seu título e derivados, estes que terão prioridade no preenchimento dos mesmos.

9.3. Os Quiosques "Padrão" abrangem os seguintes segmentos:

- I - Abatedouro;
- II - Embutidos e defumados;
- III - Derivados do Leite;
- IV - Entrepasto de Mel;
- V - Entrepasto de Ovos;

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. A Seleção será realizada mediante:

10.1.1. Preenchimento da Ficha de Inscrição Eletrônica no endereço <https://forms.gle/xA7AWwjHnDwRuPPE6>, com os seguintes critérios:

PARTICIPANTES		
ORDEM	Critérios	Pontuação
1º	Registro Documental da Agroindústria no CPF do Produtor Rural: * Preenchimento da Ficha de Inscrição Eletrônica * Anexo - Termo de Compromisso e Responsabilidade Assinado	4
	* Anexo - Cópia do RG/CNH * Anexo - Cadastro de Agricultor Familiar - CAF; * Anexo - Comprovante de Endereço; * Anexo - Alvará de Localização e Funcionamento; * Anexo - Registro Legal do Órgão de Vigilância Competente; * Anexo - Certificado do PROVE/RO;	
2º	Histórico de Participações da Rondônia Rural Show Internacional (1 ponto por edição)	3
3º	Histórico de Participação em outras feiras do agronegócio (1 ponto por edição)	2
4º	Certificado de Boas Práticas de Fabricação	1
TOTAL DE PONTOS		10



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA
ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ 01.612.489/0001-15

EDITAL LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO n. 030/2025

CREDENCIAMENTO n. 002/2025

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA GAUCHA

ÓRGÃOS SOLICITANTES

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS (INDIVIDUAIS OU GRUPOS), BANDAS, DJ's, LOCUTORES, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E GRUPOS MUSICAIS DE RENOME LOCAL/REGIONAL, POR MEIO DE CREDENCIAMENTO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

1.1. Eventos previsto no município:

Mês	Evento	Local	Previsão de datas
	Festa Junina/Festa de Distritos/Festa de Comunidades	Todo Município	A definir
Maio	Festa de Santa Cruz	Dist. Serra Das Araras	01 a 03/05
	Encontro dos Evangélicos	Chapada Gaúcha	20/05
Junho	Festa Tradicional de Serra das Araras	Dist .de Serra das Araras	10 a 13/06
	Dia de São João	Chapada Gaúcha Comunidades rurais	A definir
Julho	Encontro dos Povos do G.S.V	Chapada Gaúcha	09 a 12/07
	Aniversário do Município/ Agro Chapada	Chapada Gaúcha	A definir
Agosto	Festa de Santo Agostinho	Chapada Gaúcha	28/08
Setembro	Nossa Senhora da Natividade	Chapada Gaúcha	08/09
	Semana Farroupilha	Chapada Gaúcha	A definir
Outubro	Nossa Senhora Aparecida/dia das crianças	Chapada Gaúcha Comunidades	12/10
Dezembro	Dia da Criação do Município	Chapada Gaúcha	21/12
	Natal	Chapada Gaúcha Comunidades Rurais	25/12
	Réveillon	Chapada Gaúcha/Distritos	A definir

ATRAÇÕES MUSICAIS – Categoria 1 – Local

ITEM	NÍVEL	VALOR (REMUNERAÇÃO BRUTA) POR EVENTO
01	DJ COM EQUIPAMENTOS	R\$ 1.000,00
02	LOCAÇÃO DE SOM COMPLETO COM O TÉCNICO: SENDO 02 CAIXAS SUBWOOFER DE 18' COM POTÊNCIA DE 800W CADA. MEDIOS/LINE: DE 15' COM POTÊNCIA DE 500W CADA. MESA DE 8 CANAIS ANALOGICO OU DIGITAL: MICROFONE COM FIO E SEM FIO	R\$ 800,00
03	CANTOR SOLO – COM INSTRUMENTOS	R\$ 2.000,00
04	DUPLA - COM INSTRUMENTOS	R\$ 3.000,00
05	LOCUÇÃO	R\$ 800,00

8.5. A contratação dos credenciados será efetivada considerando-se a ordem crescente de protocolo da inscrição e de acordo com a demanda da Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha relativa às características do evento, observando a classificação de acordo com as categorias e culturas apresentadas em cada evento.

8.6. A habilitação e credenciamento não obriga a contratação pela administração pública caso seja cumprida a agenda de eventos programados.



PREFEITURA DE
CARAÍBAS
TRANSFORMANDO ESPERANÇA EM REALIDADE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE OFICINEIROS

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI) que se inscreverem e comprovem estar habilitados a prestar os serviços descritos, conforme requisitos exigidos neste Edital, concordando com os valores propostos.

2.2. O proponente deverá comprovar atuação que contemple, necessariamente, a modalidade de seu interesse.

2.3. O proponente deve ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data final do prazo de inscrição deste edital.

2.4. Os proponentes deverão comprovar **experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação na área artística e/ou pedagógica**, sendo diferencial de pontuação a formação acadêmica na área.

2.5. Os proponentes que não comprovarem a experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação nas áreas artística e/ou pedagógica serão automaticamente desclassificados.

I – PERCUSSÃO

Descrição: Ensino de técnicas de instrumentos de percussão (atabaques, djembê, congas, pandeiro, cajón, entre outros), ritmos brasileiros e regionais, leitura rítmica básica e prática de conjunto musical.

Objetivos: Desenvolver habilidades rítmicas, coordenação motora, percepção musical e trabalho em grupo. Valorizar a cultura percussiva brasileira e afro-brasileira, estimulando a expressão artística através dos instrumentos de percussão.

Item	Especificação
Carga Horária Semanal	20 horas/aula
Duração do Contrato	3 meses
Público-Alvo	Crianças, jovens e adultos (a partir de 8 anos)

4. DA REMUNERAÇÃO

4.1. As aulas executadas serão remuneradas conforme o valor estabelecido de **R\$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais)** mensais, correspondente a 1 (um) salário mínimo vigente, para uma carga horária de 20 horas/aula semanais.

4.2. **As aulas não executadas não serão remuneradas**, salvo em caso de suspensão determinada pela Contratante.

4.3. Serão descontados os encargos legais de acordo com a legislação vigente.

6.4. A Comissão de Credenciamento para análise técnica dos inscritos avaliará os proponentes utilizando-se dos seguintes critérios:

Critério	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende
Competências e habilidades de oficinairos comprovadas através de portfólio, material impresso ou audiovisual	3,0	1,5	0,0



CREDENCIAMENTO

001/2026

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE VALENÇA DO PIAUÍ – PI.

OBJETO

Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços médicos e realização de consultas médicas, em caráter complementar, visando atender às demandas da rede pública de saúde do Município de Valença do Piauí – PI.

3.5.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Valença do Piauí – PI identifica a necessidade de promover a ampliação e o fortalecimento da oferta de serviços de atenção especializada no âmbito da rede pública, especialmente no tocante à realização de consultas médicas de especialidades ambulatoriais e à atuação de médicos plantonistas em regime diurno e noturno, de modo a complementar a força de trabalho da estrutura pública existente no município. Tal medida visa assegurar a continuidade e a integralidade da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), respeitando os princípios da universalidade, da integralidade e da equidade no acesso aos serviços de saúde.

3.5.2. A realização de contratações simultâneas sob condições padronizadas simplifica e racionaliza os procedimentos administrativos, evitando a repetição de licitações para demandas recorrentes e homogêneas. O credenciamento, conforme previsto no Decreto Federal nº 11.878/2024, garante o tratamento isonômico entre os interessados, promove a competitividade e reforça a transparência, ao estabelecer critérios objetivos e pré-definidos para a admissão dos profissionais e instituições de saúde habilitados.

3.5.3. Embora o município conte com unidades básicas de saúde e equipe multiprofissional em atividade, a rede pública municipal não dispõe de profissionais em número suficiente, tampouco de estrutura organizacional adequada, para atender de forma integral à crescente demanda por consultas especializadas e cobertura médica plantonista

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Consulta de Pediatria	Atendimento	360	R\$ 161,49	R\$ 58.136,40
2	Consulta de Ortopedia	Atendimento	840	R\$ 120,00	R\$ 100.800,00
3	Consulta de Cardiologia	Atendimento	372	R\$ 287,00	R\$ 106.764,00
4	Consulta de Ginecologia	Atendimento	984	R\$ 107,80	R\$ 106.075,20
5	Consulta de Clínica Geral	Atendimento	804	R\$ 127,00	R\$ 102.108,00
6	Consulta de Obstetrícia	Atendimento	384	R\$ 270,00	R\$ 103.680,00
V. TOTAL					R\$ 577.563,60

10.1. A Comissão, após análise da documentação dos participantes, verificada sua regularidade, se o número de empresas superior ao necessitado, ordenará a classificação dos credenciados para fins de contratação, obedecendo o seguinte critério:

10.2. A classificação dos convocados se dará mediante **ordem** de credenciados, desde que observados e atendidos os critérios objetivos da escolha.

EDITAL Nº 16/2026 – CREDENCIAMENTO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas, visando a **prestação de serviços funerários**, conforme descrito no presente EDITAL e ANEXOS, durante o período de 60 (sessenta) meses, prorrogável na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

02	10	UN	medindo em média: 2,15m de comprimento, 0,80m de largura e 0,32m de altura, com espessura mínima de 1,8cm; acompanhada de véu funerário, incluindo os serviços de preparação do corpo (banho, barba, injeção do formol, troca de vestimentas), bem como transporte do corpo até o cemitério, necrotério ou local do velório.	R\$ 2.989,41
03	12	UN	Serviços funerários com fornecimento de: Urna mortuária sem visor com 04 alças, forrada com tecido, com no mínimo 04 borboletas, em madeira de pinus pintada, tamanho infantil, medindo em média: 0,60m de comprimento, 0,28m de largura e 0,20m de altura, com espessura mínima de 1,8cm; acompanhada de véu funerário, incluindo os serviços de preparação do corpo (banho, injeção do formol, troca de vestimentas), bem como transporte do corpo até o cemitério, necrotério ou local do velório.	R\$ 1.467,27
04	4.500	KM	Quilometragem percorrida (translado) fora do Município sendo em casos excepcionais, conforme solicitação da Contratante.	R\$ 4,78
05	30	UN	Aluguel de Capela Velatória (somente em caso em que a Capela Municipal estiver ocupada).	R\$ 700,00

1.2. A Credenciada deverá estar localizada no perímetro urbano do Município de Agudo/RS, para agilizar o atendimento em até 01 (uma) hora, 24h por dia, inclusive sábados, domingos e feriados. Assim, justifica-se, pois, a família solicita o serviço diretamente na funerária credenciada de sua escolha, ficando a seu critério a seleção da mesma. Após, a funerária entra em contato com as Assistentes Sociais do Município para obter a autorização de execução dos serviços e o serviço é executado imediatamente, garantindo agilidade no atendimento em momento de luto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BORBOREMA

Estado de São Paulo

Praça José Augusto Perotta, s/nº - CEP 14955-032 - Tel. (16) 3266-9200

www.borborema.sp.gov.br - licitacaopmb@borborema.sp.gov.br

CNPJ Nº 46.737.219/0001-79

EDITAL DE CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2026 PROCESSO Nº 065/2026

- PROCESSO SEI Nº 3507407.409.00001900/2025-35 -

- ORIGEM: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1145/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO O CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DESTINADA À PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO OU APREENDIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBOREMA/SP.

11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

- 11.1.** A ordem de convocação dos credenciados para execução dos serviços será definida mediante sorteio público inicial, conforme previsto no preâmbulo deste edital, contemplando os credenciados habilitados até a data estabelecida.
- 11.2.** Após o sorteio inicial, as convocações observarão sistema de rodízio, respeitada a ordem estabelecida, de forma sucessiva, assegurando-se tratamento isonômico entre os credenciados.
- 11.3.** Os credenciados que se habilitarem após a realização do sorteio inicial serão inseridos ao final da ordem de convocação, conforme critérios previstos na Cláusula 7 do Termo de Referência (Anexo I).
- 11.4.** A convocação será realizada conforme a necessidade da Administração, mediante comunicação formal ao credenciado.
- 11.5.** Em caso de recusa injustificada, ausência de manifestação no prazo fixado ou impossibilidade de atendimento, o credenciado ficará sujeito à perda do direito à convocação e à eventual aplicação de sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.6** Qualquer alteração na forma de distribuição ou seleção dos credenciados somente poderá ocorrer mediante justificativa formal e atualização do Termo de Referência, assegurada ampla publicidade.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO:

- a) A execução dos serviços dar-se-á sem ônus para o Município, sendo a remuneração do leiloeiro custeada exclusivamente pelos arrematantes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 24 do Decreto Federal nº 21.981/1932, limitada ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação.
- b) Os valores dos bens arrematados deverão ser pagos pelos arrematantes diretamente a Prefeitura Municipal de Borborema, cabendo ao leiloeiro apenas administrar a efetivação da comprovação dos pagamentos, para fins de encerramento do leilão.

Porto dos Gaúchos/MT

CREDENCIAMENTO 001/2026

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO REGULAR E DE AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE EMISSÃO, ALTERAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E REEMBOLSO (QUANDO APLICÁVEL) AQUISIÇÃO DE PASSAGENS EM LINHAS AÉREAS.

5.1. Os serviços e seus respectivos valores serão cotados conforme data e horário das passagens aéreas.

5.2. O critério de julgamento será o de menor preço no momento da cotação entre as companhias/agências credenciadas.

5.3 - Não existe previsão de quantas passagens serão necessárias. Logo, não há como estipular o valor da contratação.

5.4 - Serão consultados os voos, preços, horários e eventuais conexões ou escalas praticadas por cada companhia/agência credenciada.

5.5 - No momento em que se revelar necessária a aquisição de passagens aéreas pela Administração, será realizada a cotação dos valores das passagens, juntos às empresas credenciadas, observando-se o valor da passagem para a data pretendida.

5.5.1 – A cotação ocorrerá via e-mail com as empresas credenciadas, e deverão ser respondidas no prazo máximo de 1:30 ~~hs~~ (uma hora e trinta minutos), sendo a menor cotação para o trecho a escolhida.

5.6 - A cotação será registrada e a Administração escolherá a proposta mais vantajosa, ou seja, aquela que apresentar o menor custo, considerando todo o dispêndio de recursos públicos que envolverá a viagem (ida e volta, despacho de bagagens, etc.).

5.7 - Pela sistemática utilizada pelas companhias aéreas, praticada no mercado e válida pela Lei nº 11.182/2005, que versa sobre a liberdade tarifária para estipulação de seus preços, não é cabível estabelecer previamente os valores a serem praticados pela Credenciada, não havendo quantitativos fixos por Companhia/Agência de Viagens.

5.8 - Emitir a passagem aérea em até 02 (duas) horas, após o recebimento da **Ordem** de Compra (solicitação de emissão de bilhetes aéreos), disponibilizando imediatamente ao solicitante.

- Minuta de edital padronizado

OBRIGADO!



GEPAM



@profleonardovieira



@gepamconsultoria



leonardo@gepam.adm.br



GEPAM – Gestão Pública



(18) 3521- 5386



gepam@gepam.adm.br

